

PROFESSORES LEIGOS X PROFESSORES HABILITADOS

Gizelda Santana Morais (coordenadora)

Maria Olga de Andrade

Maria Thétis Nunes

Miguel André Berger

Nélia Alves de Oliveira

Neuza Maria Sales Ribeiro

Vilma Porto Prior

Da Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

O principal objetivo deste estudo foi identificar o impacto dos programas de qualificação dos professores sobre os estudantes, a escola, a comunidade e os orçamentos municipais. Este estudo envolve 34 escolas de três diferentes municípios abrangendo 44 professores de primeiras séries, 389 estudantes e 33 pais de alunos. Dados estatísticos e históricos foram coletados a fim de analisar a evolução da qualificação de professores da escola de 1º grau em Sergipe e o impacto da qualificação dos professores sobre o orçamento municipal. Observação em sala de aula e questionário para estudo do perfil dos professores; teste de Linguagem e Matemática para uso com os estudantes e entrevistas com os pais foram os procedimentos usados. De acordo com a análise de covariância, a variável "qualificação do professor" se coloca como a mais significativa - diferenças foram encontradas no desempenho de alunos preparados pelo programa Logos II. Contudo, a "idade dos estudantes" e "anos de experiência de ensino" foram também consideradas importantes. Este estudo mostra claramente que o currículo da Escola Normal precisa ser revisado e revitalizado; e a transferência da responsabilidade da escola de 1º grau para o município precisa ser reanalisada.

SUMMARY

The main goal of this study was to investigate the impact of teachers qualification programs on students, community and municipal budgets. It dealt with 34 schools from three different district areas comprising 44 first grade teachers, 389 students, and 33 of their parents. Statistical and historical data were gathered in order to analyse the evolution of the Elementary School teachers' qualification in Sergipe and the impact of teachers' qualification on the municipal budgets. Classroom observation and questionnaire for the teachers; Language and Mathematics tests for the students and interviews with students' parents were procedures used. According to the statistical analysis of covariance, the variable "teacher qualification" remains as the most significant one - differences were found in the students' performances for teachers prepared by the Logos II program. However, 'students' age and years of teaching experience" were also found important. This study clearly shows that the "Normal School" curriculum needs to be reviewed and revitalized; and the transference of the elementary school responsibility to the municipality should be reanalyzed.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENSINO DE 1º GRAU EM SERGIPE

Em Sergipe, quem primeiro levantou "a necessidade de organização de um novo plano de ensino por meio de uma Escola Normal, onde se diplomassem professores, foi o vice-presidente, em exercício, Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros (1836), na *Fala à Assembléia Legislativa*, em 1836, sob a influência da Reforma Educacional francesa de 1833, de Guizot, ministro de Luís Felipe.

A primeira tentativa de tornar realidade a implantação de uma Escola Normal coube, porém, ao presidente José Elói Pessoa da Silva através do Decreto de 20 de março de 1838 (Sergipe, 1838). Mas a dificuldade de encontrar pessoas habilitadas para o ensino especializado que o curso normal exigia, e os problemas econômico-financeiros que atingiram Sergipe, na época, foram protelando sua instalação, apesar de ainda figurar nas *Falas* de alguns presidentes.

O ensino primário continuou a ser ministrado por leigos, sem qualquer preparo, existindo professores que não ensinavam os alunos "nem a assinarem o

nome", "por não saberem fazer", fato evidenciado pelo presidente Anselmo Peretti (1843) em 1843, e por outras autoridades educacionais. Somente em 1870 o ensino normal passaria a ser olhado, pelos dirigentes, como importante para a vida educacional provinciana com a publicação do *Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe*, de 24 de outubro desse ano, do presidente Francisco José Cardoso Júnior. Sua promulgação resultou da atuação na vida educacional sergipana do Dr. Manuel Luís Azevedo d'Araújo como Diretor-Geral da Instrução Pública, quando, "através de atos escudados em idéias progressistas, abriu caminhos, apontou novos horizontes aos seus contemporâneos" (Calasans, 1944). Tornou-se esse *Regulamento* na mais importante codificação educacional, realizada em Sergipe, no Império, pelas inovações que trazia, pelas perspectivas que rasgava, calcadas nas teorias pedagógicas mais avançadas.

O art. 17 desse *Regulamento* estabelecia: O Ateneu Sergipense se comporá de dois cursos diferentes - de humanidades e de *Escola Normal*. Com a duração de dois anos, o curso normal destinava-se ao sexo masculino. Sua freqüência foi mínima, não correspondendo às esperanças de seu fundador.

Somente em 1881, seria definitivamente criada a Escola Normal em Sergipe pelo presidente Herculano de Souza. Com um curso de três anos, era mista sua freqüência, o que escandalizou profundamente a sociedade patriarcal dominante. Com a saída do seu fundador, foi desdobrada em duas: uma masculina e outra feminina. A primeira, porém, fracassaria por falta de alunos matriculados, enquanto a feminina adquiriu logo importância, atraindo, sobretudo, jovens da classe média aracaçuana, contando, em 1883, com 55 alunas matriculadas.

O primeiro presidente que governou Sergipe após a Proclamação da República, Dr. Felisbello de Oliveira Freire, buscou realizar grande reforma, "ante o verdadeiro estado de desorganização em que se encontrava o sistema educacional sergipano acarretando

grandes desprovezos para o ensino e portanto *para as classes populares*" (Sergipe, 1980). Reformulou o curso normal e, para valorizar o diploma de normalista e atrair sua procura pelos jovens, o *Regulamento* determinava que leigos só poderiam inscrever-se nos cursos para o magistério primário se não aparecessem candidatos portadores de diploma do curso normal. Manteve-se, porém, o desinteresse dos homens pelo curso normal, enquanto crescia o número das mulheres que nele ingressavam.

Em 1889, o *Regulamento* baixado pelo presidente Monsenhor Olímpio Campos determinava que o diploma de normalista daria direito ao "provimento exclusivo das cadeiras do ensino primário e a preferência no das cadeiras da Escola Normal", além de garantir a preferência "no provimento de qualquer emprego de primeira entrância nas repartições do Estado". Este ato deu grande impulso à Escola Normal que viu crescer, consideravelmente, sua matrícula.

Em 1911, o presidente José Rodrigues da Costa Dória, ao dar nova organização global à educação sergipana (Sergipe, 1912), reformou o ensino normal que, de três anos, passou a ser ministrado em quatro.

Fracassaram, porém, as tentativas de atrair os jovens do sexo masculino, tornando-se, praticamente, privativo das mulheres, que, ao mesmo tempo, iam ocupando as cadeiras do magistério primário.

O presidente Maurício Gracho Cardoso, indiscutivelmente o mais destacado presidente de Sergipe da Velha República pelas reformas empreendidas, sobretudo no setor educacional, deu novo Regulamento ao ensino normal, ampliando seu currículo para cinco anos, o qual, com pequenas modificações, permaneceu até as transformações trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961.

Em 1930, quando a Velha República ruiu com a Revolução de 1930, o quadro das matrículas nas escolas primárias e normal e a distribuição dos professores primários era a seguinte:

MATRÍCULAS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

	1889	1930	ÍNDICE DE CRESCIMENTO
Masculino	2.596	8.356	221,9
Feminino	2.550	8.508	233,6
Total	5.146	16.864	227,7

PROFESSORES PRIMÁRIOS

	113	324	186,7
--	-----	-----	-------

MATRÍCULAS NA ESCOLA NORMAL

	51	206	303,9
--	----	-----	-------

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS (EM 1930)

	Total	Diplomados pela Escola Normal		Leigos	
		Nº	%	Nº	%
Na capital	38	36	94,7	2	5,3
1ª entrância (cidades)	75	53	70,7	22	29,3
2ª entrância (vilas)	52	43	82,7	9	17,3
3ª entrância (povoados)	159	114	71,7	45	28,3
Total	324	246	75,9	78	24,1

As transformações estruturais que se iniciaram a partir de 1930 fizeram aumentar a população escolar, mas o Estado não acompanhou o crescimento através de medidas para enfrentá-lo.

Em 1930, a população sergipana estava estimada em 527.130 habitantes e o número de escolas era 324, sendo, portanto, mínima a relação Estado-Escola.

Econômicamente, a conjuntura não era favorável a Sergipe, com a desvalorização, no mercado internacional, dos produtos de exportação – o açúcar e o algodão. Houve um deslocamento grande das populações camponesas para a Capital, que cresceu, gerando os graves problemas atuais. De 1930 a 1980, o índice de crescimento da população de Sergipe foi 219,52, enquanto o de Aracaju atingiu 592,55.

Houve um aumento do número de professores e de matrícula nas escolas primárias.

NÚMERO DE PROFESSORES E MATRÍCULAS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS*

	1930	1960	1970	1980
nº de professores	324	964	1.634	7.824
nº de alunos	16.864	35.806	61.764	111.824

* Nos dados relativos ao ano de 1980 estão incluídas as escolas de 1º grau, abrangendo da 1ª a 8ª séries.

Paralelamente diminuiu a participação do professor de curso normal, crescendo o número de leigos, apesar de surgirem outros centros de formação pedagógica, inclusive no interior do Estado. Por que diminuiu, consideravelmente, a participação do professor portador de curso normal na escola pública primária sergipana, embora tenha crescido o número de diplomados?

Acreditamos que três fatores foram os principais responsáveis. Primeiro a defasagem salarial. Em 1930, o professor primário da capital tinha um salário correspondente a 43,55% do Juiz de Direito da mesma Capital. No decorrer dos anos a relação foi decrescendo para, em 1980, chegar a 8,16%. Vê-se, desse modo, o desestímulo às jovens que buscavam o curso normal, o qual teve sua clientela alterada. Deixou de frequentá-lo a pequena burguesia urbana, passando a predominar em sua matrícula jovens advindas da camada mais pobre da sociedade sergipana. O segundo fator deve-se aos novos horizontes que começaram a se abrir para a mulher como consequência da Primeira Grande Guerra, e que chegaram a Sergipe. A mulher passou a ter acesso a outras profissões, a frequentar o curso de humanidades e de comércio, ou mesmo a seguir o curso superior em outros Estados, crescendo também a sua participação no setor terciário. O terceiro fator foi a extinção das Escolas Normais de curso integral, em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, ao mesmo tempo que tornava mais ampla a finalidade do ensino normal, com a criação de orientadores, supervisores e administradores escolares.

O curso normal passou a oferecer novas oportunidades à sua clientela, além do exercício do magistério. A criação da Universidade Federal de Sergipe trouxe aos jovens a possibilidade de seguirem o curso

superior. As classes menos favorecidas, através do Crédito Educativo, bolsas de estudo, estágios remunerados, começaram a frequentar a Universidade, buscando novas profissões, além da modesta sala de aula de uma escola primária. Esta vai ser a grande perdedora.

A crescente municipalização do ensino fundamental, com salários ainda mais baixos do que os pagos pelo Estado, tornou mais dramática a situação: projetos de treinamento de professores leigos se sucedem sem resolver o angustiante problema. No momento, o projeto Logos II, Programa de habilitação em serviço para professores leigos, implantado pelo MEC, sob a coordenação das Secretarias de Educação e Cultura, é mais uma tentativa de solução do problema da melhor qualificação do professor primário.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Além de examinar do ponto de vista histórico a problemática da qualificação de professores para o magistério do Estado de Sergipe, a pesquisa teve como objetivos principais: conhecer a clientela de escolas municipais, definir o perfil de professores, de alunos e pais de alunos, e avaliar o impacto de um programa de habilitação de professores leigos sobre o desempenho dos alunos, o estilo pedagógico dos professores e os orçamentos municipais.

Para a realização deste estudo foram selecionados três municípios – Simão Dias, N. Sra. da Glória e Tomar do Geru – situados em diferentes regiões geográficas do Estado e com produções principais diversificadas (feijão, mandioca, pecuária; algodão e milho; laranja e mandioca).

Amostras

O planejamento inicial previa o sorteio aleatório, por município, de cinco professores da 1ª série em cada categoria de qualificação – leigo, habilitado por Escola Normal e habilitado pelo Logos. Porém, logo nas primeiras visitas às respectivas Prefeituras Municipais para coleta de dados, verificou-se que não se encontraria, em cada município, o número desejado de habilitados pelo curso Logos e pela Escola Normal lecionando na 1ª série porque alguns dos professores que constavam na relação fornecida pelo Programa Logos já não estavam mais na rede, havendo também a tendência de colocar professores habilitados em séries mais adiantadas. Optou-se então pela inclusão do pessoal ainda cursando o Logos para garantir o número pré-estabelecido de professores. Após todas as dificuldades na coleta, especialmente a ausência dos professores nas escolas, a amostra ficou constituída de 14 leigos, 10 habilitados pela Escola Normal e 20 habilitados ou em processo de habilitação pelo curso Logos. Estes professores estão lecionando em 34 escolas, sendo quatro na sede dos municípios e 30 na zona rural.

Dessa amostra de 44 professores pretendia-se retirar, aleatoriamente, uma subamostra de dois professores de cada categoria de qualificação por município, para estudo de caso, através de observação intensiva e registro de comportamentos em sala de aula.

Face às dificuldades encontradas (suspensão de aulas, testes antecipados e encerramento do ano letivo), dos 18 professores sorteados, conseguiu-se observar 14: cinco leigos, três com curso normal e seis com curso Logos.

A observação esteve prevista para uma duração mínima de duas horas em cada classe. Embora os pesquisadores permanecessem na escola, não se conseguia registrar durante o tempo previsto, pois as aulas eram interrompidas ou suspensas antes do horário regular. Decidiu-se aceitar esses fatos como característicos da população, ficando-se com uma variação de 17 a 144 minutos de observação, representando um turno de aula de 14 professores observados.

Foi prevista uma amostra de 450 alunos. Para seleção desses alunos foi solicitado aos professores que indicassem aqueles que tinham frequência regular durante o ano. Dentre estes foram, então, sorteados 10 alunos que estavam presentes na aula no dia da visita. Entretanto, em várias classes não se conseguiu completar o número de 10 em razão da baixa matrícula, ou ausência dos alunos por motivos variados, passando-se a trabalhar com os presentes. No total obteve-se uma amostra de 398 alunos (150 em N. Sra. da Glória, 111 em Simão Dias e 137 em Tomar de Geru).

Foram previstas também 45 entrevistas com os pais dos alunos, 15 por município, sorteando-se cinco alunos de cada categoria de professor. Apenas 33 foram realizadas por motivos os mais diversos, tendo uma variável forte poder de decisão: as análises preliminares das atividades mostraram que a homogeneidade de população nos três municípios era grande.

Instrumento de observação e medida

Para conhecimento do perfil do aluno foi utilizada uma ficha, preenchida durante a entrevista feita com o aluno, solicitando-se a cooperação dos professores para complementação de informações.

Aos professores foi aplicado um questionário-entrevista, visando a elaboração de um perfil do professorado com questões sobre a origem sócio-econômica (através da escolaridade e ocupação dos pais) e geográfica (rural ou urbana); suas percepções sobre escola e o aluno; sua satisfação em relação ao salário e sua percepção em relação ao salário recebido por outros professores e outros profissionais do município; e sobre as formas de planejamento e organização do ensino.

Foram também incluídas questões especialmente endereçadas aos professores qualificados pelo Logos ou em processo de treinamento, visando sobretudo avaliar as dificuldades encontradas na realização do curso, bem como suas percepções sobre mudanças em seu desempenho.

Para conhecimento de percepções de pais de alunos, as informações foram obtidas através de entrevistas. Procurou-se seguir o mesmo quadro de percepções incluído nas entrevistas realizadas com os professores. As principais questões colocadas foram: na sua opinião, para que serve a escola? O que acha que deve ser ensinado na escola? Quais as qualidades de um bom professor? Quais as sugestões para melhorar a escola de seu filho?

Para medida do desempenho do aluno foram utilizados dois testes: o de leitura intitulado "Ondas e Areia", teste diagnóstico usado para verificar o grau de desenvolvimento da percepção visual da criança no processo de aprender a ler. Engloba tarefas próprias do estágio de desenvolvimento da criança e tarefas ligadas à aquisição da linguagem escrita através do currículo escolar, que são relacionadas à direcionalidade na leitura, conceitos de: letras, palavras, frases, letras maiúsculas e minúsculas, ordem de letras nas palavras e das palavras na frase e sinais de pontuação¹.

O teste de conhecimento das operações aritméticas consta de 12 questões e compreende conceitos de maior/menor; relação mais/menos; relação número/elementos de um conjunto numeral; relação de equivalência monetária; soma de dois números de um dígito com resultado inferior a 10; subtração menor/menor com resultado inferior a 10; soma de dois números de dois dígitos com transporte; multiplicação de dois números de um dígito com resultado inferior ou igual a 25; divisão de dois números de um dígito com resultado inferior ou igual a 25.

Na observação direta dos professores em sala de aula foram utilizadas como instrumentos: cronômetros, folhas de papel e lápis. A técnica de registro curativo foi combinada com a de eventos. Dois tipos de categorização² foram previstos antecipadamente: 1) de seis eventos básicos de interação professores-alunos, definidos como: *pergunta* do professor para o(s) aluno(s), *resposta* do professor à pergunta do(s) aluno(s), *explicação* dada pelo professor sobre um assunto, *ordem* para ser executada pelo(s) aluno(s), *punição* – representada por repreensões, castigos, xingamentos, menosprezo dirigidos aos alunos, *feedback* – representado por uma referência verbal que indicasse ao aluno se sua resposta, ou tarefa estava correta ou incorreta; 2) de cinco tipos de atividades desenvolvidas pelo professor e denominadas de: *grande grupo* – quando o professor se dirige à classe em geral, explicando, respondendo etc.; *atendimento individual* – contato direto com o aluno, examinando tarefa, leitura etc.; *carteira* – quando o professor está sentado, fazendo ou não algum trabalho, enquanto os alunos realizam tarefas; *quadro*, quando o professor está escrevendo no quadro, passando ou resolvendo exercício, sem interagir diretamente com os alunos; *fora da sala*, quando o professor sai da sala deixando os alunos sozinhos.

Em cada folha de registro já estavam escritos os nomes dos seis eventos de interação, bastando-se as-

¹ O teste que originalmente se intitula *Sand: Concepts about Print Test* foi desenvolvido pela Dra. Marie Clay, professora da Universidade de Auckland, Nova Zelândia, e foi adaptado para o Português pela Prof^a Maria Olga de Andrade, da Universidade Federal de Sergipe, que o utilizou na sua tese de doutorado.

² Os tipos de categorização foram definidos e a coleta de dados realizada por professores com larga prática em observação: Ray Chersterfield, Kathleen Chersterfield (visitantes na UFS na ocasião), e Gizelda S. Moraes (Pesquisa, 1980).

sinalar com um tracinho cada ocorrência. O registro cursivo começava com a anotação da hora e tipo de *atividade*, registrando-se em seguida o que ia acontecendo, a partir das ações do professor. Cada vez que mudava o tipo e atividade, esse tipo e a hora eram novamente anotados, possibilitando, assim, a contagem do tempo por atividade.

O estudo abrangeu 12 municípios³, selecionados segundo a relação dos percentuais das despesas com o setor de educação e o das despesas gerais das respectivas prefeituras, com o objetivo de examinar o impacto financeiro dos programas de habilitação sobre os orçamentos municipais e a variação desse impacto em função do porte de cada município. Os dados foram levantados no *Anuário Estatístico de Sergipe*, 1983 e, a partir de visitas às Prefeituras foram examinadas as folhas de pagamento, os registros do setor de educação e entrevistadas pessoas da administração.

Coleta de dados

A coleta de dados básicos nos três municípios selecionados ocorreu no período compreendido de 18 de outubro a 10 de dezembro de 1984. Esse período de final de ano letivo garantia melhor o teste dos efeitos da atuação do professor sobre o desempenho dos alunos.

O procedimento geral foi o seguinte: a equipe dirigia-se inicialmente à sede do município para obter a companhia de uma supervisora da rede municipal que indicava o percurso para acesso às escolas. Ali chegando, procurava-se a direção, quando havia, e o professor selecionado. A apresentação fazia-se expondo-se os objetivos do trabalho. Após a seleção dos alunos da classe, com a ajuda da professora, iniciava-se a aplicação dos testes, precedida de uma explicação aos alunos sobre como deveriam proceder.

O teste de aritmética era geralmente apresentado em primeiro lugar por ser mais rápido. Também tinha menos questões e podia ser dado a todo o grupo ao mesmo tempo.

O teste de leitura era dado individualmente e sua aplicação tomava cerca de 10 a 12 minutos por aluno. Quatro auxiliares de pesquisa foram especialmente treinados para essa aplicação individual.

Cada sessão de coleta de dados durava pouco mais de duas horas. Durante esse período os alunos não testados eram dispensados para recreação livre ou, quando possível, ficavam em classe com outro professor.

Paralelamente ao levantamento nas escolas, desenvolveram-se as entrevistas com as famílias. Munida de gravador e de roteiro de entrevista, a pesquisadora, com a indicação da casa dos alunos da submostra sorteada, procurava seus pais para entrevistas.

Quanto à observação direta em sala de aula, a coleta foi realizada individualmente, por três pesquisadores experientes nesse tipo de atividade. Após a conversa inicial com a professora, o pesquisador sentava-se no fundo da classe, evitando chamar o mínimo de atenção para sua pessoa. Cada observação foi feita em dia diferente daquele em que os alunos foram testados e o professor entrevistado.

O modelo estatísticos

Para medir o impacto das características dos professores e alunos de 1ª série, optou-se pela formulação de um modelo analítico que permitisse que fossem incorporadas as variáveis tidas como significativas; contudo, não se omitiu um tratamento preliminar, fazendo-se uma análise de variância para comparar as diferenças de médias e iniciar a análise. O modelo pode ser descrito através da equação:

$$y = a + b_1 x_1 + b_2 x_2 + \dots + b_5 x_5$$

As variáveis independentes estudadas são: qualificação do professor, experiência profissional do professor, idade do aluno e anos de repetência.

Da leitura do modelo se depreende que o desempenho do aluno é uma função não somente da qualificação do professor, principal foco de análise, mas também de outros fatores referentes ao professor e ao aluno que se acredita sejam capazes de condicionar os resultados nos testes.

Para averiguar a relação funcional entre as variáveis do modelo, procedeu-se, num primeiro momento, à análise de regressão múltipla - *stepwise* - que seleciona as variáveis a serem introduzidas na equação, de modo hierárquico, de acordo com seu poder de explicação, o que permitiu excluir as variáveis cujos coeficientes padronizados foram baixos e fora do nível de significância pré-estabelecido de 5%, como é comumente em pesquisas dessa natureza. A seguir, tornou-se possível proceder à regressão das variáveis que se mostraram estatisticamente significativas de modo a estimar a reta à qual melhor se ajustam os dados da distribuição, de maneira a detectar o impacto conjunto e a contribuição específica das variáveis em questão.

Deve-se acrescentar ainda que o modelo descrito não cobre todos os fatores que exercem influência no desempenho do aluno; características como nível sócio-econômico da família, medido em níveis de renda, por exemplo, e características da escola (dimensão, instalações, condições de conservação etc.) foram excluídas pelo fato de que, em se tratando de zona rural sergipana, essas características variam muito pouco, sendo comuns aos indivíduos e municípios pesquisados.

RESULTADOS

Perfil do professorado

Os professores, na sua maioria, são mulheres (84%), casados e têm filhos. Ressalta-se que, numa ocupação tradicionalmente feminina, ainda foram encontrados sete homens, que disseram atuar no magistério enquanto aguardavam uma oportunidade de trabalho melhor remunerado. Um deles (quando retornamos à escola) 15 dias após a entrevista, havia trocado o ensino por um lugar de empacotador em um pequeno supermercado, na sede do município. Quase todos são originários do próprio município onde le-

³ Incluídos os 3 já mencionados.

cionam (83%) e provenientes de famílias de trabalhadores rurais e pais com pouca ou nenhuma escolarização. Observa-se pequena diferença em 50% dos pais dos habilitados por Escola Normal, incluídos em outros grupos profissionais (pequenos comerciantes, funcionários municipais, operários) e com escolarização ao nível do antigo curso primário, o que representa apenas 11% da amostra dos professores.

Quanto à idade, os leigos são os mais jovens, encontrando-se em faixa inferior a 20 anos (40%) e de 21 a 30 anos (46,7%), enquanto os habilitados por Escola Normal e pelo curso Logos se concentram na faixa de 21 a 30 anos, respectivamente 60% e 68,4%. Os demais têm idade superior a 31 anos. Cerca de 80% mora em casa própria mas em condições muito precárias, geralmente sem luz, instalações sanitárias e água encanada. Em alguns casos, as escolas funcionam precariamente em suas próprias casas, sem que recebam aluguel pelo uso de salas e de móveis.

O ingresso no sistema municipal de ensino dá-se, geralmente, por indicação de pessoas influentes na estrutura de poder do município (40,9%), ou, conforme declarações dos professores, é decorrente de estímulo por parte de amigos, supervisores e elementos do órgão municipal de educação (22,7%), da experiência em substituição a professores e parentes (18,2%) ou por falta de outra ocupação (13,6%). Pode-se verificar que, tanto o ingresso como a demissão de professores, resulta de influências da política local. Por exemplo, foram identificados casos de demissões recentes em razão de denúncias ao prefeito contra professores que nas últimas eleições apoiavam o partido contrário ao dele.

Na amostra, observou-se que o tempo de experiência no magistério é pequeno, mais de 50% tendo entre menos de um a cinco anos de trabalho, e apenas 18% mais de 10 anos, o que pode ser considerado como mais um indicador da instabilidade no sistema de ensino dos municípios.

Os professores recebem uma remuneração diferenciada de município para município, variando pouco em função de sua qualificação. Os salários mais altos, identificados em 13% desses professores (alguns habilitados, atuando em dois turnos ou recebendo por outro órgão à disposição da prefeitura), não atingiam o salário mínimo da região, enquanto os mais baixos (20%) não chegavam a atingir 20% do teto do salário mínimo regional. A proporção maior de professores (43,2%) ganhava entre dois e três quintos do salário mínimo. Questionados acerca de suas aspirações, aproximadamente 50% deseja mudar de profissão, se aparecer boa oportunidade, e outros esperam, pelo menos, passar para a rede estadual que paga melhor e dá maior estabilidade. Os professores têm consciência de que o salário é pouco, mas cerca da metade ainda verbaliza que ele "compensa em parte", demonstrando a carência de oportunidades de trabalho nessas regiões.

Em geral o professorado trabalha isoladamente, mesmo se há outros professores na mesma escola; alguns planejam juntos apenas atividades extra-classe. Cerca da metade, com predominância dos habilitados, diz fazer o planejamento semanal ou mensal das atividades de ensino. Apenas 30% destes professores, especialmente os habilitados pelo Logos II, se referem à

ajuda dos técnicos municipais nessa atividade. Os professores leigos disseram não planejar o trabalho educativo (46,7%), ou então, adaptar o plano recebido dos técnicos do órgão municipal (20%).

O atendimento a alunos de diversas séries numa mesma classe, o que caracteriza as classes multisseriadas, foi bastante encontrado nas classes visitadas. Os professores se referem ao ensino diário de Português e Matemática. Estudos Sociais, Ciências e Religião são ministrados menos sistematicamente, ou quase nunca por muitos deles. Em geral, são extremamente precárias as instalações das escolas e é marcante a falta de material didático. Foram encontradas classes sem quadro-negro e sem giz, restando ao professor o recurso de um livro ou uma cartilha, o caderno e o lápis quando existem, além de haver casos de professores que dizem comprar o material didático a ser utilizado para evitar a paralisação de suas atividades.

Quanto à função da escola, verificou-se que "ensinar a ler e escrever" e/ou "educar as crianças" são as respostas mais frequentes entre os três grupos de professores. Somente 25% dos professores habilitados pelo Logos se referem à tarefa de contribuir para o desenvolvimento da comunidade ou promoção de seu desenvolvimento. Sobre os conteúdos que devem ser ensinados para que a escola atinja suas funções, as respostas recaem, principalmente, sobre o ensino da leitura e da escrita e, em seguida, sobre boas maneiras. Contar é referido apenas por 40% dos leigos e 10% dos profesoeres habilitados pelo Logos. 30% dos normalistas falam em Educação Artística e, 20% dos habilitados pelo Logos, em Educação Física e em Religião. Outras citações não atingem 5% do conjunto.

A ênfase nos aspectos comportamentais, relacionados à obediência, boa educação/má educação, verifica-se nas respostas referentes às perguntas sobre como se caracterizam o bom e o mau aluno. A resposta de uma professora merece, no entanto, destaque, ao dizer que, para ela, não existe mau aluno, porque ela procura ver em cada um o que ele tem de bom e de positivo. Por sua vez, a maioria atribui o bom desempenho do aluno ao interesse e assiduidade por parte deste, e o baixo rendimento ao desinteresse e falta às aulas.

"Ser bom" e "amar os alunos" são características do bom professor para muitos dos inquiridos; os normalistas falam também em competência e assiduidade e os habilitados pelo Logos se referem ao bom relacionamento com os alunos, interesse em estudar, ter conhecimentos e saber se comunicar. Como sugestões para a melhoria do rendimento discente atribuem relevância: à mudança das condições de ensino, através do uso de novos recursos e procedimentos didáticos (57%); ao trabalho de conscientização junto aos pais (39%); ao maior interesse e melhor comportamento do aluno (39%). Somente 18% dos professores atribuíram importância ao fornecimento de merenda, devendo-se ressaltar, porém, que uma minoria das escolas a fornecia regularmente. A grande maioria destas, localizadas principalmente na zona rural, não serviam merenda há muito tempo em razão da falta de alimentos, água e pessoal para sua elaboração. Modificação das condições da escola e de sua infra-estrutura foram freqüentemente mencionadas como necessárias para a melhoria da escola.

O grupo de professores que concluiu ou concluiu o Logos, respondendo às questões que lhes foram especificamente colocadas, referem-se, como principais motivos para realização desse curso, à possibilidade em obter uma melhor qualificação profissional e financeira. Entre as dificuldades encontradas apontam, principalmente, os problemas de deslocamento para o local do curso (42%), a aprendizagem de Matemática e Português (31%), a falta e/ou pouca assistência dos orientadores para tirarem suas dúvidas (21%) e o acúmulo de trabalho e estudo (16%). Como vantagens destacaram a expectativa de melhoria salarial (47%), de passar para o Estado, a aquisição de novos conhecimentos especialmente em Português e Matemática (47%) e a melhoria da atuação docente (26%).

Em resumo, o perfil dos professores no tocante às características sócio-econômicas, quase não se diferencia em função da qualificação, exceto quanto ao percentual já referido de 50% do grupo de habilitados por Escola Normal no tocante à origem familiar, escolarização e ocupação dos pais. Quanto à percepção das condições da escola, os conceitos de bom e mau aluno, as atribuições de causas ao baixo desempenho dos alunos, as respostas dos leigos são, em geral, mais vagas e ingênuas que as dos professores habilitados. Os primeiros atribuem o fracasso escolar ao aluno, ao passo que alguns habilitados chegam a identificar problemas estruturais da escola, da formação do professor e da sociedade, que deveriam ser modificados visando à melhoria do ensino.

Outros aspectos que diferenciam os professores leigos dos habilitados pelo Logos se referem à importância que estes últimos atribuem ao planejamento didático, bem como à necessidade de desenvolver um trabalho integrado, relacionando os conteúdos dos vários componentes curriculares.

Perfil do aluno

A amostra de alunos engloba crianças de seis a 16 anos, sendo que a média encontrada foi de nove anos e oito meses e a moda de 10 anos. Dessas crianças, apenas 12% têm até sete anos de idade e são 19,5% as que estão com 12 anos e mais. Predomina na amostra o sexo feminino (59,6%), sendo as alunas, em geral, mais jovens que os alunos. 79% dos alunos são repetentes, na sua maioria pela primeira vez (38%), sendo ainda de 5% a proporção dos que repetem a 1ª série pela quarta vez; embora a repetência esteja correlacionada à idade do aluno ($r = 0,33$), a magnitude bastante moderada do coeficiente leva a crer que o atraso no início da escolarização se constitui também em fator responsável pelo aumento da média de idade da população.

As crianças (mais de 50%), segundo suas informações e completadas com as dos professores, fazem parte de famílias numerosas, com mais de seis membros, sendo que 25% não souberam informar sobre a composição da família e o número de seus integrantes. De acordo com os mesmos informantes, quase 50% dos pais dessas crianças não tiveram qualquer escolarização, 30% deles são indicados como sabendo ler e escrever e somente 3,4% teriam freqüentado alguma série de escola regular (em cerca de 20% dos casos

não se obteve informações). A ocupação predominante dos pais é o trabalho rural.

Desempenho dos alunos e qualificação dos professores

O desempenho dos alunos, medido separadamente nos testes de leitura e de aritmética, foi tomado como variável dependente e as variáveis independentes incluídas no estudo foram qualificação do professor, sua experiência profissional, a idade do aluno e a repetência na 1ª série.

A média no teste de leitura, constituído de 24 questões, cada uma valendo um ponto, foi de 11,5 pontos, até onde alcançaram 52% da amostra, e a moda registrada foi de 14 pontos. Análises de variâncias distintas demonstraram que o desempenho sofria influência das variáveis independentes em cruzamento, com exceção da variável "idade" cujas médias entre os grupos não diferiram significativamente; analisando as médias dos grupos segundo a qualificação do professor, verificou-se que o grupo de alunos que apresentou melhor rendimento foi aquele cujos professores fizeram ou fazem o curso Logos, não se tendo verificado nenhuma diferença significativa entre as médias dos outros dois grupos, ou seja, o dos alunos com professores formados pela Escola Normal e a dos alunos cujos professores eram leigos; o valor F encontrado foi de 12,2 significativo a 1%. Os alunos dos professores com curso Logos responderam corretamente a 83,3% das 24 questões.

No teste de aritmética a amplitude variou de 0 a 12 pontos, valores mínimo e máximo possíveis e registrados. Tanto a média encontrada de 7,9 pontos, como a moda de 10 pontos, foram valores proporcionalmente superiores aos do teste de leitura. Também neste teste ficou demonstrada a superioridade do desempenho de alunos com professores habilitados pelo Logos, enquanto que para os outros dois grupos, não foi registrada diferença que pudesse ser considerada significativa no nível de confiança pré-estabelecido de 0,05. Das 4 variáveis independentes analisadas, *anos de experiência do professor* não registrou, neste teste, diferenças de médias entre os grupos.

Face aos resultados obtidos com relação ao cruzamento da variável independente com a qualificação do professor, até então não suspeitados e desse modo causando surpresa, tornou-se evidente a necessidade de se proceder a análise de co-variância, envolvendo as demais variáveis que haviam se mostrado significativas, no sentido de se controlar os seus possíveis efeitos.

Tomando como variável dependente o desempenho em leitura e tendo mantido constantes as variáveis "anos de experiência do professor" e "repetência", uma de cada vez, observou-se que a diferença de médias entre os grupos de alunos segundo a habilitação dos professores permaneceu praticamente a mesma daquelas já encontradas antes de se efetuar o controle, o que ressalta a contribuição da qualificação do professor sobre o desempenho em leitura.

Quando se trata do teste de aritmética, a situação se modifica ligeiramente: como os professores normalistas recebem em suas classes alunos cuja mé-

dia de idade é de nove anos, para as outras categorias é de 10 anos, a média do grupo de alunos com professores normalistas aumenta enquanto que para as outras categorias ela decresce, e embora não sejam grandes as alterações e a razão F permaneça significativa para a relação desempenho/qualificação do professor, elas deixam transparecer claramente que a "idade" e a "repetência" influenciam também no rendimento desse teste.

A análise de regressão múltipla (*stepwise*) foi especialmente útil ao ressaltar a coerência interna do trabalho, reforçando os resultados obtidos na análise de variância. Os coeficientes de determinação encontrados, embora baixos, indicam uma pequena influência do conjunto das variáveis sobre o desempenho e, por terem se mantido significativos, demonstram que os resultados não podem ser atribuídos ao acaso. Comparando as duas equações, verificou-se que, no teste de aritmética, o R^2 igual a 0,10 foi mais elevado que o do teste de leitura, demonstrando contudo existir uma ampla margem de variação não explicada pelo modelo. No que se refere à contribuição específica das variáveis independentes, observou-se um quadro semelhante ao da análise de variância: sobressaiu-se a contribuição individual do professor com o curso Logos (variável dicotomizada sendo que a categoria professor leigo está presente quando as outras duas assumem valor 0), sobre o desempenho em leitura e no teste de aritmética o impacto mais substancial na explicação do rendimento ficou por conta da variável "idade" seguindo-se-lhe a "repetência" e o "professor com curso Logos", todas apresentando betas positivos e significativos.

Os estilos pedagógicos dos professores observados em sala de aula

A análise dos registros de observação em sala de aula realizou-se: 1) através de leitura integral dos registros cursivos; 2) por procedimentos estatísticos simples e, nesse caso: a) obtenção do *percentual de tempo distribuído pelas cinco categorias de atividade*, tomando-se por base o tempo total de observação de cada professor; b) obtenção de índices de ocorrência de eventos, indicadores quantitativos de eventos ocorridos por minuto de observação. Estas duas estatísticas permitem uma comparação dos 14 casos, independente da variação do tempo total de observação de cada um.

Desta forma, a partir dos dados quantitativos, foram elaborados quadros que permitem apontar um *estilo* ou uma tendência de estilo de comportamento do professor na sala de aula, quanto à distribuição ou uso do tempo por atividade e quanto aos tipos de eventos predominantes em interações com os alunos na sala de aula.

O exame dos quadros revela, com surpresa, certa aproximação de estilos individuais nos três grupos em função da qualificação. Assim, entre os leigos verifica-se que, na maior parte do tempo, o professor *está na carteira*, enquanto os alunos realizam tarefas, ou *está atendendo individualmente* os alunos; em seguida aparece a atividade de *dirigir-se ao grupo*. Quanto aos eventos de interação, verifica-se uma predominância de *ordens*, seja referente à execução de tarefas,

seja, sobretudo, referente ao controle da disciplina.

No quadro dos professores habilitados por Escolas Normais, o perfil não fica muito claro, talvez em razão do reduzido número de casos (3) e maior variação do tempo de observação (60, 17 e 109 minutos), bem como pela diferenciação entre os mesmos. Assim, em dois casos há uma predominância do uso do tempo em *atendimento individual*, acompanhado de passar tarefa no *quadro*, enquanto no outro caso predomina *dirigir-se ao grande grupo*, seguindo-se atividades de *carteira*. Quanto ao comportamento verbal, um caso se caracteriza pela predominância de *ordens* mas também índices relativamente altos de *perguntas*, explicações, respostas e *feedback*, no espaço de uma hora; outro caso apresenta predominância de *perguntas* e *feedback*, seguindo-se *ordens* e *explicações*, mas o tempo de permanência do professor na sala de aula foi muito pequeno (17 minutos) para que se possa deduzir uma tendência de estilo. O terceiro caso, cujo tempo de observação foi o mais alto do grupo, apresenta baixos índices de comportamento verbal, aparecendo algumas *perguntas*, *ordens* e *punições*.

No quadro de professores com curso Logos, quanto ao uso do tempo, pode-se verificar uma tendência para o atendimento ao *grande grupo*, isto é, as atividades coletivas em que a atenção é dirigida para o conjunto dos alunos; em dois casos estar na *carteira* aparece porém com o maior percentual de tempo e o *atendimento individual em um caso*. Com relação aos eventos de interação, em todos os casos os maiores índices foram para as explicações, seguindo-se dos comportamentos de *perguntar* e, em um dos casos, de *responder*. Os índices de *ordens* aparecem sensivelmente menores do que no conjunto dos outros grupos, indicando que esses professores, pela organização do trabalho em classe, não necessitam usar em demasia o comportamento verbal para controle de disciplina, seja chamando as crianças à ordem ou apelando para que façam suas tarefas.

A leitura de cada registro cursivo intensivo possibilitou a elaboração de fichas-sínteses de cada professor e em seguida a identificação de pontos comuns nos grupos de professores, por qualificação. Ela esclarece sobre a natureza e o conteúdo dos comportamentos verbais e a qualidade do relacionamento professor-aluno.

Da leitura dos registros cursivos pode-se também extrair os padrões de comportamento mais característicos do professor leigo e habilitado pelo curso Logos.

O professor leigo escreve no quadro um exercício para execução na sala, um texto para leitura e um dever para casa. Fica sentado na carteira e espera que os alunos copiem, resolvam os exercícios, enquanto examina ou corrige cadernos, escreve deveres para alunos mais fracos ou mais adiantados ou prepara tarefas. Atende individualmente os alunos, seja na carteira, chamando um a um para a leitura ou para ver os cadernos, ou circulando pela sala e olhando as tarefas, fazendo comentários. A atividade coletiva se resume a pequenas explicações e perguntas em voz alta a alguns alunos da classe. Com o comportamento verbal predominante de *dar ordens*, ele tenta, sobretudo, manter a disciplina na sala. Certamente, não sabendo como lidar com a heterogeneidade da turma, volta-se

para o atendimento individual que se resume, quase sempre, num pequeno trecho de leitura e na correção de um pequeno exercício. Desta forma, após ser atendida, a criança fica sem fazer nada na sala de aula e passa a conversar com os colegas, levanta, brinca, sai da sala. O professor fala alto, ordenando que se comportem, voltem ao lugar, façam isto ou aquilo. Leitura, alguns itens de Português, como singular, plural, sílabação, e contas de somar e diminuir são conteúdos constatados nas observações. Lição de Estudos Sociais foi registrada em um caso e de Ciências em nenhum.

O professor com curso Logos dirige-se ao grupo, explica sobre um assunto, dá muitos exemplos, pede exemplos, faz perguntas; resolve problemas apresentados no quadro, faz exercícios de aplicação com a participação dos alunos e circula na sala observando a realização de tarefas e fazendo comentários. Os conteúdos de Estudos Sociais e Ciências são introduzidos, não raro em combinação com Português e Matemática. Como o grupo é mantido ocupado durante todo o tempo ou a maior parte dele, pouco se fazem necessários comportamentos de chamar a atenção para manter a disciplina na sala. Os alunos perguntam, respondem e se engajam nas tarefas. É interessante ressaltar que foram registrados comportamentos verbais de elogios e incentivos aos alunos, pouco observados em diversos outros registros feitos pelos mesmos observadores.

A compreensão da escola e do trabalho pedagógico segundo a família

Antes de observar as características da percepção dos pais convém dizer que a população, em grande parte, não consegue ultrapassar a 3ª série escolar do ensino fundamental, sabendo apenas ler e escrever rudimentarmente. As famílias são numerosas, em média cinco filhos. Em geral são pequenos proprietários rurais, sem assistência creditícia para produção, apesar da região ser caracterizada por uma forte intervenção do Estado em projetos de desenvolvimento agrícola, através de programas como o POLONORDESTE, além da presença de muitos bancos que também emprestam, com juros subsidiados, para a atividade agrícola.

A atividade de produção, na maior parte, é a agricultura de subsistência e os pais, na sua maioria, quando precisam de dinheiro vão trabalhar na "roça", em médias e grandes propriedades na região.

É importante assinalar esse quadro para poder compreender a percepção funcional da escola, e a sua inserção regional. Duplamente importante ainda pelo fato da forte intervenção do Estado, em programas de desenvolvimento agrícola, criando certas necessidades e concepções, que se disseminam na região através da Ação Educativa da EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e órgãos similares, voltados para a modernização e desenvolvimento da produção agrícola através da assistência creditícia subsidiada e utilização de insumos.

Em relação à percepção da escola, o que aparece em primeiro lugar são os elementos que compõem a descrição da função da escola. Para os analfabetos, a escola serve: "Pra muitas coisas, educam as crianças";

ou ainda: "Pra educação", onde educação significa "Saber viver, num ser ato". Para o grupo que sabe ler e escrever, o grau de complexidade, de percepção, é maior. Aqui se introduzem outros e novos elementos: "A pessoa se cria sem leitura, não presta", "Precisa viajar, conhecer esse negócio de banco, emprego, então precisa de leitura". Pode-se mesmo identificar uma percepção quase urbana da escola.

O grupo que sabe apenas escrever o nome, tem idéia de que a escola tem uma função precisa, mas não é capaz de expressá-la com clareza. Observe-se nessa resposta que todos os símbolos do grupo de alfabetizados estão presentes, mas o nível de definição é menor: "...eles não são analfabetos, quer dizer, que trabalha, tem sua leitura e tudo aumenta, e quem não sabe ler nada fica pra trás".

Aqui parece que o grau de experiência dos pais com o trabalho pedagógico, como protagonistas, juntamente com o grau de urbanização, interfere na concepção do progresso educativo. Pais mais educados e mais viajados, expressam com maior clareza e percebem melhor a escola como elemento de integração e mobilidade social.

A percepção do trabalho pedagógico para os pais é mais difícil. Observe-se o trecho dessa entrevista: "Aprender a leitura, aprender a fazer ler, a fazer carta, aprender o estudo, porque a pessoa sem leitura não presta não". "A pessoa sem leitura carrega a perseguição no bolso. Porque às vezes a pessoa entrega uma escritura, a pessoa não sabe ler, às vez conspiração pra gente, a pessoa vai mostrar a outro que dizer, que ele diz: Ah! rapaz! mas você com isso no bolso? quer dizer sendo contra a gente, já pensou andar com isso no bolso?"⁴

Para os pais o que se faz na escola é aprender a leitura, elemento fundamental na escola rural. É interessante notar que, em nenhum momento, entre os entrevistados aparece a necessidade de aprender a fazer contas. Por que? Será que os pais consideram que a Matemática pode ser bem aprendida fora da escola?

Observamos também que, em nenhum momento, aparece alguma citação a respeito de outra atividade, História, Matemática, Geografia ou Conhecimentos Gerais. O importante é a leitura.

Os pais com maior experiência no sistema de ensino formal, isto é, os que já freqüentaram a escola, acrescentaram a esse padrão outros elementos, tais como: se comportar bem na escola, gostar da professora, respeitar os pais, os mais velhos, ser bom com a professora.

A compreensão do bom e do mau aluno passa pela idéia de respeito. O bom aluno é comportado, respeita os pais e o professor, não faz bagunça na escola e tem interesse também. O fracasso é explicado pela falta de memória, e poucos pais, só os mais urbanizados, acreditam que podem ajudar seus filhos na escola. Os menos educados não acreditam que o trabalho na roça prejudique o aluno, o problema é a

⁴ Aqui o entrevistado se refere a uma transação mal sucedida. Por ele não saber ler exatamente carregava no bolso a ameaça de comprometimento de sua propriedade.

Face às dificuldades encontradas (suspensão de aulas, testes antecipados e encerramento do ano letivo), dos 18 professores sorteados, conseguiu-se observar 14: cinco leigos, três com curso normal e seis com curso Logos.

A observação esteve prevista para uma duração mínima de duas horas em cada classe. Embora os pesquisadores permanecessem na escola, não se conseguia registrar durante o tempo previsto, pois as aulas eram interrompidas ou suspensas antes do horário regular. Decidiu-se aceitar esses fatos como característicos da população, ficando-se com uma variação de 17 a 144 minutos de observação, representando um turno de aula de 14 professores observados.

Foi prevista uma amostra de 450 alunos. Para seleção desses alunos foi solicitado aos professores que indicassem aqueles que tinham frequência regular durante o ano. Dentre estes foram, então, sorteados 10 alunos que estavam presentes na aula no dia da visita. Entretanto, em várias classes não se conseguiu completar o número de 10 em razão da baixa matrícula, ou ausência dos alunos por motivos variados, passando-se a trabalhar com os presentes. No total obteve-se uma amostra de 398 alunos (150 em N. Sra. da Glória, 111 em Simão Dias e 137 em Tomar de Geru).

Foram previstas também 45 entrevistas com os pais dos alunos, 15 por município, sorteando-se cinco alunos de cada categoria de professor. Apenas 33 foram realizadas por motivos os mais diversos, tendo uma variável forte poder de decisão: as análises preliminares das atividades mostraram que a homogeneidade de população nos três municípios era grande.

Instrumento de observação e medida

Para conhecimento do perfil do aluno foi utilizada uma ficha, preenchida durante a entrevista feita com o aluno, solicitando-se a cooperação dos professores para complementação de informações.

Aos professores foi aplicado um questionário-entrevista, visando a elaboração de um perfil do professorado com questões sobre a origem sócio-econômica (através da escolaridade e ocupação dos pais) e geográfica (rural ou urbana); suas percepções sobre escola e o aluno; sua satisfação em relação ao salário e sua percepção em relação ao salário recebido por outros professores e outros profissionais do município; e sobre as formas de planejamento e organização do ensino.

Foram também incluídas questões especialmente endereçadas aos professores qualificados pelo Logos ou em processo de treinamento, visando sobretudo avaliar as dificuldades encontradas na realização do curso, bem como suas percepções sobre mudanças em seu desempenho.

Para conhecimento de percepções de pais de alunos, as informações foram obtidas através de entrevistas. Procurou-se seguir o mesmo quadro de percepções incluído nas entrevistas realizadas com os professores. As principais questões colocadas foram: na sua opinião, para que serve a escola? O que acha que deve ser ensinado na escola? Quais as qualidades de um bom professor? Quais as sugestões para melhorar a escola de seu filho?

cola e da aprendizagem, professores e pais diferem. Os pais estão mais preocupados com profissionalização dos filhos, mas já contentes com a leitura, os professores mais voltados para as suas condições mais imediatas de trabalho.

Poder-se-ia dizer que existem, realmente, dois mapas cognitivos diferentes? É evidente que o processo de conhecimento da realidade-escola passa em ambos os casos, professores e pais, pelo próprio universo dos seus respectivos trabalhos. Entretanto, a cognição do agricultor passa pelo sistema de produção e por sua relação com a terra, onde a escola tem uma função não só instrumental (transferência de conhecimento), como de estimulação de inserção social, mas voltado para o sistema de produção agrícola. Para o professor a concepção do processo de conhecimento passa pelo próprio sistema educativo que no campo está desvinculado do sistema de produção, estando mais ligado ao sistema terciário. E aí opera a cunha.

Na região estudada, de alta intervenção estatal no processo produtivo, as pressões de modernização exigem novos comportamentos e a aquisição de novos hábitos de consumo, por isso, o único respaldo encontrado na escola tradicional, para os pais, é a leitura. E nesse caso a especificidade da área deve incitar ao cuidado nas generalizações para outras regiões.⁶

O impacto financeiro dos programas de formação de professores nos orçamentos municipais

Dos 12 municípios pesquisados, 25% têm áreas totalmente incluídas no polígono da seca.

Do ponto de vista demográfico, os municípios apresentam densidades que variam entre 15,19 hab./km² a 193,72 hab./km², indicando o grau de dispersão da população e, por outro lado, a população de 10 dos municípios concentra-se na zona rural.

Segundo os dados de rendimento mensal, os municípios apresentam elevados percentuais de pessoas sem rendimento, variando entre 44,8% e 59,1%, o que dá em média um percentual de 49,9% para o conjunto dos municípios. De outro lado, é forte a concentração de pessoas com rendimento de até um (1) salário mínimo.

Do ponto de vista cultural, os municípios apresentam elevados índices de analfabetismo que variam entre 43% e 70,8% da população total e entre 60,3% e 82,9% da população rural residente em 1980.

Os dados da população de 10 anos e mais, segundo o grau de instrução (curso completo), por município, mostram as dificuldades das prefeituras em recrutar recursos humanos qualificados para atuar nas escolas de 1º grau.

⁵ Por que padrões cognitivos e não perceptivos? A escolha residiu no fato do conceito de percepção envolver uma conotação de sentido, enquanto a cognição envolve conhecimento de processos e instrumentos.

⁶ O pesquisador interessando pode consultar estudos feitos na área, pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia, onde se pode observar a força da intervenção governamental em questão (Ribeiro, 1982; 1983).

As características sócio-demográfico-culturais desses municípios revelam a limitação financeira das prefeituras, porquanto as possibilidades de captação de recursos através de impostos e taxas municipais são limitadas e o recrutamento e seleção de pessoal para desenvolver atividades de magistério no ensino de 1º grau é difícil.

Esses fatos contribuem para a pequena oferta de escolas de 1º grau completo e de pré-escola pela rede municipal de ensino, pelo exercício de professores leigos nessas escolas, pela remuneração baixa desses professores e pelo peso considerável das despesas com educação nos orçamentos municipais.

Na grande maioria dos municípios, a rede municipal oferece apenas o ensino de 1º grau até a 4ª série, não oferece o ensino de 2º grau e as classes de pré-escolar funcionam nas escolas de 1º grau, concentrando, na quase totalidade, a sua oferta de ensino na zona rural.

A limitação dos recursos financeiros responde pela existência de unidades escolares com apenas uma sala de aula (32,1% das unidades), com duas salas de aula (56,1% das unidades) e, em média, escolas com apenas duas salas por unidade. As escolas municipais, em decorrência da estrutura física concentram, em média, 97 alunos por escola ou 50 alunos por sala em seus registros de matrícula de início de ano.

Os dados dos balanços das prefeituras municipais, em 1981, mostram, de um lado, a debilidade de sua receita de impostos, o impacto das despesas com Educação e a importância das transferências de recursos financeiros da União e do Estado.

Os recursos aplicados no setor de Educação são superiores à receita de impostos municipais e, em relação às despesas gerais da administração municipal, os percentuais são significativos, variando de 17% a 38%.

Por outro lado, é forte o impacto das despesas com professores nas despesas com pessoal do setor de educação. Os percentuais das despesas com pagamento de professores, em relação às despesas de pessoal que atua em educação, variaram entre 44,5% e 100%, em 1985.

Esses encargos financeiros, considerados altos porque as prefeituras operam nos limites de sua capacidade financeira, são igualmente baixos, mesmo para o baixo nível de qualificação e conseqüente baixa remuneração dos professores, qualificados ou não (não chegam a constituir um salário mínimo.)

Os dados demonstram ausência absoluta de carreira de magistério municipal. A estrutura salarial não foi feita obedecendo a qualquer intenção técnica de cargos, salários e benefícios.

As Prefeituras Municipais enfrentam significativas dificuldades para oferecer o ensino de 1º grau e pré-escolar como: captação limitada de impostos e taxas devido aos baixos rendimentos mensais da população e ao elevado percentual de pessoas sem rendimento; existência de elevado percentual de professores leigos devido ao alto índice de analfabetismo, ao baixo número de pessoas com curso completo, acima da escolaridade do 1º grau, existentes nos municípios além da escassa oferta de ensino de 2º grau na região; insuficiência de recursos que lhes dêem possibilidades para remunerar condignamente seus professores, fa-

tor, também, inibidor da estruturação da carreira do magistério municipal.

É preciso lembrar ainda que pelos salários pagos serem abaixo de um salário mínimo, seguramente, as Prefeituras Municipais tendem a perder os professores que se qualificam para a rede estadual de ensino, que, pelo menos, não paga salários inferiores a um salário mínimo, tem carreira de magistério definida em Estatuto e, portanto, apresenta melhor estrutura salarial.

No entanto, o papel das Prefeituras Municipais é importante, já que ela assume o ensino rural em maior proporção do que as outras redes de ensino.

Ao lado do esforço para continuar habilitando professores do ensino de 1º grau, torna-se necessário aumentar a receita tributária dos municípios, definir a carreira do magistério municipal para que as Prefeituras possam apresentar uma estrutura salarial ao menos competitiva com a da rede estadual de ensino. A outra opção, mais condizente com muitas regiões do Brasil, seria que o Estado parasse de transferir os encargos do ensino de 1º grau para os municípios, fortalecendo sua rede na zona rural, de forma a permitir melhores condições de educação de base a grande parte da população praticamente marginalizada.

Considerações Finais e Questionamentos

É certo que os resultados desta pesquisa não devem ser generalizados para outros Estados. Os dados referentes ao perfil do professorado municipal, níveis salariais, perfil dos alunos, desempenho dos alunos favoráveis aos professores com curso Logos, a situação econômica dos municípios, podem ser, hipoteticamente, características do contexto do Estado. Entretanto, sabemos que outros Estados, em particular da região Nordeste, apresentam características econômico-sociais bem semelhantes a Sergipe. Parece lícito esperar que resultados semelhantes possam ser encontrados em outros Estados.

Um dos resultados mais polêmicos é, no entanto, aquele relacionado ao desempenho dos alunos das três categorias de qualificação. Muitos ficaram chocados com o fato de se ter encontrado resultados de desempenho mais favoráveis aos alunos dos professores com Logos do que aos alunos dos professores habilitados por Escolas Normais. Apareceram hipóteses justificativas, tais como: as escolas normais freqüentadas pelo pessoal da amostra seriam de péssima qualidade; o Logos em Sergipe seria orientado de forma particular e mais enriquecida.

Deve-se esclarecer que, quando a equipe decidiu realizar este estudo, por sugestão do INEP, nenhum dos participantes tinha idéias a respeito do Projeto Logos, não havendo hipóteses ou expectativas sobre resultados esperados.

Portanto, por que não admitir também que uma forma de habilitação ou treinamento em serviço, como a proposta pelo Logos, possa resultar em profissionais mais bem preparados para enfrentar a sala de aula do que aqueles preparados por muitas Escolas Normais?

Na verdade, os resultados da pesquisa remetem a três questões que estão na pauta de discussão da educação nacional: a municipalização do ensino; a revitalização das Escolas Normais; os programas de for-

mação de professores leigos.

Assim, várias perguntas podem ser formuladas e, afinal, elas remetem a uma questão principal – a da definição ou redefinição de uma política nacional para a educação de 1º grau, ponto fundamental para o processo de redemocratização do país:

1) Como promover a transferência dos encargos da educação fundamental para os municípios sem lhes proporcionar as condições financeiras e técnicas de atendimento a esses encargos? Não será importante examinar mais profundamente a questão da municipalização do ensino, com todas as suas implicações, antes de prosseguir nesse processo de transferência?

2) Como compactuar com a extrema diversidade salarial que admite remuneração abaixo de 20% do salário mínimo, obrigando os professores a abandonarem suas classes (como observado nos municípios) para cuidarem da própria sobrevivência? Não se teria que respeitar, em todo território nacional, a legislação trabalhista, para qualquer desempenho profissional, em qualquer nível, sobretudo em se tratando de uma atividade social relevante como a educação?

3) Como evitar que, após habilitado por programas especiais, os professores deixem o magistério quando aparecem oportunidades mais rendosas?

4) Por que não aproveitar a experiência de programas de treinamento, avaliando-os com isenção de ânimo, procurando aperfeiçoá-los e utilizá-los em condições desejáveis?

5) A perspectiva de revitalização das Escolas Normais não poderia ser vista a partir das *realidades brasileiras*, optando-se por voltar a ser um curso preparador de professores de 1º grau, amplamente repensado, e não um rito de passagem para as escolas superiores ou universidades?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, M. J. F. de (Fala do Vice-Presidente à Assembléia Legislativa Provincial) *Noticiador Sergipense*, (81/82), 29.01/05.02.1838.
- CALASANS, J. *Temas da província*. Aracaju, Liv. Regina, 1944. (Col. Estudos Sergipanos).
- PERETTI, A. (Fala do Presidente abrindo a 1ª Sessão da 5ª Legislatura Provincial em 21.04.1843) *Correio Sergipense*, (444), 15.04.1843.
- PESQUISA e realidade no ensino de 1º grau. São Paulo, Cortez, 1980.
- RIBEIRO, N. *Padrões cognitivos: tradição e mudança*. Aracaju, NPS/SEEC/SEPLAN, 1982.
- RIBEIRO, N. et al. Padrões culturais e modernização agrícola no tabuleiro Sul de Sergipe. Aracaju, NPS/SEEC/SEPLAN, 1983.
- SERGIPE. Leis, Decretos etc. Coleção de Leis e Decretos de 1911: Decreto nº 563 de 12.08.1911, Aracaju, 1912.
- _____. Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado: Regulamento de 12.03.1980. v.I
- _____. Decreto nº 15 de 02.03.1838: Livro da Lei Sergipana. v. IV.